

BANCÁRIOS DO BB ENCERRAM CAMPANHA COM AVANÇOS EM NOVOS DIREITOS

A assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho do Banco do Brasil, realizada no dia 11 de setembro, encerra um ciclo de negociações que se estendeu por mais de dois meses e meio e foi marcado pela participação e mobilização das bancárias e dos bancários. Ao longo do período, a representação dos trabalhadores cobrou valorização profissional,

recomposição do quadro, melhoria das condições de trabalho, fortalecimento da Cassi, inclusão e avanços econômicos.

O processo negocial terminou de forma vitoriosa com a manutenção dos direitos do Acordo Coletivo de Trabalho e avanços em saúde, carreira, inclusão, direitos e condições de trabalho, além do bônus de R\$ 3 mil.



■ Processo negocial começou com a entrega da minuta de reivindicações, no dia 24 de junho

VEJA OS PRINCIPAIS PONTOS DO ACORDO ASSINADO:

- **PLR:** pagamento realizado em 16 de setembro;
- **Reconhecimento financeiro:** R\$ 3 mil para o público definido na Campanha de Adimplência 2026, condicionado ao atingimento do indicador;
- **Cassi:** adiantamento de R\$ 360 milhões da contribuição patronal para o Plano de Associados;
- **PCR:** compromisso de realização de estudos para revisão dos critérios do Plano e Carreira e Remuneração;
- **Licença-paternidade:** ampliação de 20 para 35 dias;
- **Auxílio para filhos com deficiência:** aumento de R\$ 760,48 para R\$ 874,55;
- **Central de Relacionamento:** novo salário de referência de R\$ 6.302,77 a partir de janeiro de 2027;
- **PCDs:** financiamento sem juros em até 96 meses para pais de filhos com deficiência e cinco jornadas para reparos em equipamentos;
- **Anbima:** abono de até cinco dias para deslocamento e realização das provas;
- **Violência doméstica:** estabilidade na função comissionada por seis meses no retorno à função após afastamento pela Lei Maria da Penha;
- **Ações afirmativas:** inclusão no ACT de políticas que priorizam mulheres, pessoas com deficiência e pessoas não brancas nos processos seletivos internos;
- **31 de dezembro:** abono da ausência na data;
- **Endividamento:** apresentação de novo modelo para enfrentamento do endividamento dos funcionários;
- **Bem Viver:** inclusão de egressos dos bancos incorporados, condicionada à expansão do atendimento nas CliniCassi;
- **SESMT:** contratação da Cassi para atendimento, sempre que possível;
- **União estável:** licença de oito dias na formalização;
- **Indenização por morte** decorrente de assalto de até R\$ 550,5 mil e revisão de exames complementares para doenças crônicas.

“Foi um ciclo negocial construído com muita participação e mobilização dos funcionários do Banco do Brasil. A organização e a unidade foram fundamentais para avançarmos nas negociações e conquistarmos avanços importantes no acordo”, afirma Fernanda Lopes, coordenadora da CEBB.

“Quero agradecer a cada bancário e bancária do Banco do Brasil que se mobilizou na Campanha 2026. Conquistamos valorização real, preservamos a mesa única de negociação e avançamos na CCT e no ACT do BB. Seguiremos na luta por melhores condições de trabalho, valorização e defesa dos direitos”, afirma Neiva Ribeiro, presidenta do Sindicato e coordenadora do Comando Nacional dos Bancários.



CAMPANHA ENCERRADA E PLR NO BOLSO

Com as assinaturas da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria bancária e do Acordo Coletivo de Trabalho específico do Banco do Brasil, a PLR foi paga no dia 16 de setembro. Entre os pontos do ACT aprovado está o compromisso de crédito, nesta data, do adiantamento da PLR.

NA MESA ÚNICA, BANCÁRIOS CONQUISTAM AUMENTO REAL E NOVOS DIREITOS NA CCT



■ Neiva Ribeiro e Juvandia Moreira assinam a CCT, no dia 9 de setembro

Com a divulgação da inflação (INPC) de agosto, o acumulado de 12 meses, até primeiro de setembro de 2026 (data-base da categoria), ficou em 3,98%. Somando a reposição integral da inflação (INPC) mais aumento real de 0,6% em 2026 e 2027, garantidos na Campanha Nacional Unificada dos Bancários, o reajuste total da categoria neste ano, para salários e demais verbas, a ser aplicado a partir de se-

tembro, será de 4,60%.

O auxílio-alimentação passa a ser de R\$ 967 mensais. Considerando também a décima terceira cesta-alimentação, o total pago em auxílio-alimentação chega a R\$ 12.571 por ano. Já o auxílio-refeição passa a ser de R\$ 1.227,23 mensais, totalizando R\$ 14.726,76 por ano. Somados, o VR e o VA alcançam R\$ 27,3 mil por ano, o equivalente a quase 17 salários mínimos.

VEJA AS PRINCIPAIS CONQUISTAS DA CCT 2026/2028

CLÁUSULAS ECONÔMICAS 2026 E 2027 INPC + 0,6% de aumento real em todas as remunerações, como PLR, vales alimentação e refeição, pisos, auxílios, etc.

SAÚDE MENTAL Participação dos sindicatos no Programa de Gerenciamento de Riscos Psicossociais, da nova Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), com objetivo de reduzir o adoecimento mental na categoria.

COMBATE AO ASSÉDIO canal de combate ao assédio moral, sexual e racismo (conquistado na Campanha Nacional de 2024) também receberá denúncias de atos praticados por clientes.

MONITORAMENTO DIGITAL Transparência e limites à vigilância a partir de ferramentas de monitoramento digital no trabalho, direito a feedback e gestão humana.

DIREITO À DESCONEXÃO bancários não serão obrigados a atender ou responder mensagens fora da jornada de trabalho, seja de clientes ou gestores.

PARALISAÇÃO DO DIA 20 DE AGOSTO a Fenaban garantiu que o dia de paralisação será abonado.



Os banqueiros tentaram acabar a todo custo com a nossa unidade, mas a organização e a mobilização da categoria, simbolizada pela grande paralisação do dia 20 de agosto (veja imagem abaixo), afastaram a ameaça de arrocho salarial em 2026 e 2027 e garantiram a manutenção de todos os direitos da CCT, além de avanços em cláusulas sociais. Desde 2004, início da mesa única, já conseguimos aumento real, acima da inflação, de 25%. Agradeço a cada bancário e bancária que fez e faz parte dessa história”

Neiva Ribeiro

Presidenta do Sindicato e coordenadora do Comando Nacional dos Bancários

CAMPANHA 2026 FOI MARCADA POR ATAQUES DOS BANQUEIROS A DIREITOS HISTÓRICOS

O processo negocial da Campanha Nacional Unificada dos Bancários 2026 foi marcado por ataques e ameaças da Fenaban contra a organização da categoria.

Desde as primeiras rodadas, os banqueiros defenderam o fim da mesa única, buscando dividir trabalhadores de bancos públicos e privados, e propuseram reajustes diferenciados por faixa salarial. Também ameaçaram judicializar a renovação dos acordos, além de apresentarem propostas com arrocho salarial, congelamento da PLR, redução de VA e VR e retirada de direitos.

Os ataques foram enfrentados e derrotados pelo Comando Nacional dos Bancários nas mesas de negociação. A Fenaban ainda argumentava que cada 1% de reajuste representaria R\$ 1 bilhão em custos salariais e

apontava a concorrência de cooperativas, fintechs e instituições de pagamento como justificativa para limitar as reivindicações, associando-as ao risco para os empregos.

FIM DA ULTRATIVIDADE - Outro desafio foi o fim da ultratividade, decorrente da Reforma Trabalhista. Diferentemente das campanhas entre 2003 e 2016, os direitos não previstos em lei deixaram de ter garantia automática após o fim da vigência do acordo, em 1º de setembro.

Os banqueiros recusaram um pré-acordo que assegurasse a ultratividade e postergaram a apresentação de uma proposta decente para próximo da data-base, utilizando o fim da garantia como instrumento de pressão.

“Os banqueiros se valeram do fim da ultratividade



■ Prédio da Verbo Divino paralisado no dia 20 de agosto

para endurecer as negociações, atacar a mesa única e nossa unidade, além de propor retirada de direitos e arrocho salarial. O Comando Nacional enfrentou esses ataques e não se curvou às ameaças, esgotando o processo com firmeza, responsabilidade e transparência”, destaca Neiva Ribeiro.